



Publicado em *Comissão Permanente de Arquivo - CParq* (<https://cparq.ufba.br>)

[Início](#) > Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia realizada no dia 14.02.2011

Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia realizada no dia 14.02.2011

Tipo de Reunião: Ordinária

Data: seg, 14/02/2011 - 14:00

Pauta:

Escolha de um representante, suplente, do CONSUNI para o Conselho de Curadores.

A Senhora Presidente justificou a necessidade da citada eleição em decorrência da compulsória vacância deixada pelo Professor Dirceu Martins no Conselho de Curadores, resultante da sua assunção ao cargo de Pró-Reitor de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, no qual exercia a suplência do Conselheiro Antônio Wilson Menezes, não mais possível em termos legais, e solicitou sugestões plenárias para o seu preenchimento. O Conselheiro **Marco Antônio Fernandes** propôs o nome da Conselheira Maria de Lourdes Trino, que declinou, alegando motivo de acúmulo de trabalho. O Conselheiro **José Tavares Neto** encaminhou a indicação do Conselheiro Sudário Cunha, neste caso pessoalmente admitida e acatada. **A Magnífica Reitora colocou a única candidatura em votação, sendo aprovada por unanimidade e aclamação, dessa forma escolhendo-se o Conselheiro Sudário de Aguiar Cunha para representante do CONSUNI no Conselho de Curadores, na condição de suplente do Conselheiro Antônio Wilson Menezes.**

Item 02

Apresentação da Medida Provisória nº 520, de 31-12-2010, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. – EBSERH e dá outras providências”. Expositor: Conselheiro José Tavares Neto.

A Senhora Presidente informou a respeito da assinatura de dois importantes atos administrativos pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no último dia da sua gestão, respectivamente relacionados com os Hospitais Universitários e com as Fundações de Apoio, cuja amplitude de repercussão sobre a UFBA ensejara a inclusão dos itens 02 e 03 na pauta daquela reunião, precisamente concernentes aos mencionados temas, além da imediata providência de constituição de um grupo para específica apreciação do item ora em exame, composto pelos seguintes integrantes: Professor José Tavares Neto, Diretor da Faculdade de Medicina; Professor Hugo Ribeiro Júnior, Diretor do HUPES; Professora Mônica Almeida Neri, Diretora da Maternidade Climério de Oliveira; Professora Iracema Veloso, Pró-Reitora de Planejamento; Professor Marcelo Veras, Superintendente da FAPEX (Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão); e Professor Roberto Meyer Nascimento, Coordenador do Sistema Universitário de Saúde, para, sob a presidência do primeiro, proceder a uma análise do assunto e subsidiar aquele Conselho, num prazo de 90 dias, com os necessários esclarecimentos, haja vista um posicionamento colegiado sobre a matéria. Com a palavra, o Conselheiro **José Tavares Neto** procedeu a uma exposição acerca dos hospitais universitários brasileiros, historiando o começo da discussão da sua concepção a partir do ano 1979, ainda não se tendo obtido resultados mais relevantes e consistentes acerca do seu funcionamento, dos quais ressaltou

a questão do financiamento, de persistente indefinição, como o aspecto mais preocupante, em face da permanente insuficiência de verbas para sua manutenção, com indevida satisfação das demandas e requisições diárias, disto decorrendo, dentre outras medidas questionáveis e, mesmo, desaconselháveis, a deflagração da contratação de pessoal de forma indireta e não convencional, à margem dos procedimentos regulares de concursos públicos, cuja expansão, permanentemente ampliada e incontida, passou a absorver parcela expressiva da verba disponibilizada aos citados estabelecimentos, pouco restando para ações de melhorias e investimentos. Na década de 80, prosseguiu o expositor, viera a ser criado o Hospital das Clínicas de Porto Alegre, com feição modificada e inovadora em comparação com os seus congêneres tradicionais, sobretudo quanto ao significativo aspecto da autonomia, posteriormente constituindo-se a única entidade de saúde universitária bem sucedida, pouco afetada por crises, por isso mesmo tendo a mencionada Comissão solicitado acesso aos seus documentos normativos para apreciação e possível aproveitamento no COMPLEXO HUPES, vindo ainda a acontecer, naquele breve contexto e trajetória histórica, um evento merecedor de menção e registro, atinente a uma pactuação de metas com o Governo federal em 2004, no sentido da garantia da sobrevivência dos hospitais universitários do País. Na continuidade, o Conselheiro José Tavares Neto aludiu ao significativo envolvimento e intervenção do Tribunal de Contas da União no processo, no mês julho/2010, quando passou a admitir a possibilidade de demissão dos atuais 120 mil funcionários do seu conjunto nacional, todos eles contratados sob as mencionadas condições de prestação de serviços e terceirizações, caso não sejam adotadas medidas gerenciais efetivas pelos respectivos gestores e ressaltou pessoal preocupação referente ao problema exposto, já duradouro e carente de definitiva regularização, com ênfase especial para o aspecto relativo aos possíveis desligamentos de pessoal, cujas consequências poderão representar um amplo e generalizado colapso na rede hospitalar de ensino do País. O expositor ainda enalteceu a iniciativa da Magnífica Reitora, de imediata convocação do já aludido grupo, portanto, antecipando-se aos inevitáveis desdobramentos a serem produzidos pela Medida Provisória 520, cujo teor, basicamente, contém uma proposta governamental para encaminhamento do problema e informou acerca da realização de uma reunião da ABRAHUE (Associação Brasileira dos Hospitais Universitários e de Ensino), no dia 12.01.2011, para uma primeira apreciação da situação, devendo ser retomada e ter continuidade no dia 15.02.2011, para aprofundamento do debate e provável apresentação de um posicionamento mais maduro e formal da entidade, que já externou opinião contrária à eventual vigência da referida Medida, com as justificativas, dentre outras, da promoção de agressão à autonomia universitária e da incapacidade de solução do preponderante problema atual de pessoal, neste caso manifestando-se a favor da elaboração de um Plano de Cargos capaz de regularizar a situação dos servidores. Por fim, o Conselheiro José Tavares Neto revelou estranheza quanto à falta de assinatura do Ministro da Saúde no citado documento, onde constam as rubricas da Presidente e do Ministro da Educação, motivo, aliás, de reação do Ministério supostamente alijado e de outras organizações médicas, a exemplo da ABEM (Associação Brasileira de Educação Médica), igualmente colocadas à margem do processo, e comentou sobre a generalizada expectativa de edição de nova MP pelo Governo em prazo curto, além de destacar o positivo aspecto daquele procedimento governamental, consubstanciado na abertura e provocação da discussão acerca de um recalcitrante problema, de solução frequentemente postergada, enfim aparentemente almejada através daquela iniciativa, ainda salientando a ocorrência de reveses nos trabalhos da Comissão, de escassos resultados efetivos momentâneos, por ele atribuídos à dupla justificativa de férias generalizadas na UFBA e da alvissareira perspectiva, quase convicção, quanto à improvável sobrevivência da aludida MP, assim tendo o grupo optado pela deflagração de uma atuação mais consistente e profícua em instante imediatamente posterior ao encaminhamento a ser conferido ao mencionado texto legal, talvez mesmo correspondente à sua substituição por outro instrumento normativo da matéria referente ao funcionamento dos hospitais universitários.

A **Senhora Presidente** ressaltou a necessidade de oportuna decisão institucional acerca da alternativa aceitação ou recusa de agregação da nova empresa gestora das atividades de Saúde e informou a respeito da existência atual de cerca de 1600 servidores, indiretamente contratados pela UFBA, em atuação no HUPES e na Maternidade Climério de Oliveira, portanto, diretamente atingidos pela nova medida e ameaçados pelo TCU. O Conselheiro **Arthur Matos Neto** contrapôs-se àquela atitude governamental, ao propor a incorporação de uma entidade privada para administração da saúde pública sob os moldes de uma sociedade anônima, por ele

considerada estranha e destituída de sentido e bom senso, e enfatizou a persistência da indisposição para realização de concursos e contratação de pessoal em conformidade com os ditames do RJU (Regime Jurídico Único), prática aparentemente menosprezada ultimamente e substituída pela sua concretização indireta, em precárias condições, além de opinar pela imediata retirada da MP do âmbito do Congresso Nacional. O Conselheiro **Joviniano Neto** aludiu à forma equivocada de absorção de recursos humanos para execução de trabalhos no serviço público, pelo fato de criar dois tipos distintos de funcionários, respectivamente caracterizados como estatutários e celetistas; indicou o claro processo de terceirização das ações tradicionalmente concernentes ao Governo; associou a nova Medida a uma tentativa de centralização de poderes na esfera do Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como forma de fortalecimento de ambos; criticou aspectos pontuais do documento em apreço, a exemplo, dentre outros, da falta de especificação e detalhamento da cessão de bens; defendeu o encaminhamento de algum mecanismo de reação, por parte das universidades, ao teor do mencionado texto; ratificou a necessidade de retomada da realização de concursos, com a possibilidade de consideração da experiência já adquirida pelos atuais terceirizados; e comentou sobre a impossibilidade legal de retirada da MP do Congresso. O Conselheiro **Antônio Bonfim Moreira** elogiou a agilidade da ação da Reitoria em face da inconcebível ameaça perpetrada contra os hospitais universitários, efetivamente submetidos a riscos danosos, assim também procedendo a ASSUFBA (Associação dos Servidores Técnico-Administrativos da Universidade Federal da Bahia) que, em prazo exíguo, igualmente reuniu os seus membros para imediata avaliação da situação, culminando com a concretização do posicionamento sindical contrário àquela proposta de incorporação de uma empresa privada ao serviço público, efetivamente absurda, sobretudo pela sua costumeira falta de compromisso com a educação e a saúde de qualidade para a população, além de proporcionar a abertura de perigosa brecha relacionada com a formalização de contratações desprovidas de licitações e informou a respeito da ida de vários integrantes dos sindicatos a Brasília no dia seguinte, com a finalidade de apresentar reivindicação no sentido da modificação ou retirada da aludida MP, por fim comentando e apontando a premente demanda por técnicos no ICADS (Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável), pessoalmente observada em recente visita ao *campus* de Barreiras, quando teve a oportunidade de constatar a sua comprometedora precariedade quantitativa e qualitativa.

A Conselheira **Maria Isabel Vianna** corroborou as já evidenciadas preocupações e, com base no teor do Art. 3º do documento em apreço, indagou sobre eventual alcance, por parte do conjunto daquele texto normativo, de setores da UFBA não diretamente envolvidos com os hospitais universitários, a exemplo de laboratórios, tendo o Conselheiro **José Tavares Neto** informado sobre uma suposta intenção administrativa de tal abrangência, portanto, vindo a ser abarcados pela MP, embora não se tenha a confirmação quanto à sua precisa formalização. O Conselheiro **Rinaldo Rossi** também enalteceu o diligente comportamento da Administração Central em face do novo e recente episódio; transmitiu significativa apreensão discente referente aos problemas de carência e escassez docente imediatas, a despeito das animadoras notícias divulgadas pela Magnífica Reitora sobre a garantia da absorção de Professores Substitutos e novas contratações; e solicitou uma maior integração dos dirigentes universitários com os estudantes, muitas vezes alijados de relevantes debates institucionais e, em consequência, frequentemente desconhecedores do encaminhamento de matérias do seu interesse direto. O Conselheiro **Eduardo Mota** observou, na edição da MP, mais um evento revestido de conotação legislativa por parte do Poder Executivo, assim ocupando, uma vez mais, o espaço resultante da omissão do outro e lamentou a atitude governamental que, de forma indistinta, atinge todas as universidades federais, ressaltando a sua ampliada preocupação em caso de reedição daquele instrumento jurídico, então propondo a adoção de mecanismos de repactuação dos procedimentos concebidos. O Conselheiro **Herman Lepikson** associou aquele acontecimento a uma importante oportunidade de avaliação da questão relacionada com a autonomia universitária, atrelando o seu encaminhamento e solução ao equacionamento de muitos problemas atualmente vivenciados pelas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), dentre os quais se incluem as crises constantemente vivenciadas pelos seus hospitais. A Conselheira **Cássia Maciel** sublinhou, como elementos fundamentais, os aspectos atinentes aos trabalhadores, cuja situação funcional passará a sofrer mudanças adversas e radicais, a exemplo, dentre outros, da sua remuneração através da nova empresa citada, por sua vez ressarcida pelo Governo, e do provável declínio da excelência das

atividades por eles já desenvolvidas e de indispensável manutenção e comprometimento. A **Magnífica Reitora** ressaltou a conotação basicamente introdutória daquele tema no CONSUNI para conhecimento e reflexão colegiadas, de inevitável desdobramento nas próximas sessões, com base nas notícias a serem divulgadas sobre o assunto, ainda incipiente, quando se demandará uma oportuna posição deliberativa conclusiva, e comentou brevemente acerca dos elevados valores da dívida do HUPES e da Maternidade Climério de Oliveira com a FAPEX, gradativamente crescentes e efetivamente preocupantes. O Conselheiro **José Tavares Neto** acentuou a necessidade de resolução do problema relativo aos 120 mil funcionários dos hospitais universitários brasileiros e defendeu o aproveitamento do atual momento para a execução dos devidos reparos e ajustes da proposta MP, haja vista a construção de um modelo exequível ao funcionamento regular e eficiente dos aludidos equipamentos públicos de ensino e assistência à saúde brasileira.

Item 03

Apresentação do Decreto nº 7.423, de 31-12-2010, que “Regulamenta a Lei nº 8958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e revoga o Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004”. Expositor: Conselheira Iracema Santos Veloso.

Com a palavra, a Conselheira **Iracema Veloso** ressaltou os principais aspectos constantes do referido Decreto: exigência legal do credenciamento das Fundações pelos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia para um período equivalente a 2 anos, mediante solicitação com antecedência mínima de 120 dias; desprovimento de fins lucrativos; no caso da UFBA, deverá a maioria dos seus componentes ser escolhida pelo CONSUNI, com, pelo menos, um dos seus membros proveniente de indicação externa. Ademais, prosseguiu a expositora, também constam do escopo daquele Decreto a requisição e indicação de avaliação de desempenho das mencionadas estruturas de apoio, a ser melhor esclarecida em função da sua imprecisa disponibilização, bem como a realização de periódicas avaliações dos trabalhos, com elaboração de pareceres preparados por auditorias independentes, além da atualização, em regulamento próprio, dos mecanismos balisadores da já mencionada relação entre as Fundações e as diversas IFES, da imprescindível aprovação dos projetos pelos Colegiados competentes, fazendo-se referência aos valores das bolsas nos respectivos Planos de Trabalho, da incorporação, aos contratos e convênios, pela instituição apoiada, da prestação de contas da outra e do acompanhamento criterioso e permanente, por parte das universidades, das diversas ações implementadas. A Conselheira **Celi Taffarel** procedeu aos seguintes registros: 1- questionou a histórica manutenção das Fundações como entes de suporte das IFES, então indagando a respeito das razões e consequências da sua continuidade, com realce para o inevitável comprometimento da autonomia institucional; 2- apontou a importância do estabelecimento da forma da sua interação com a UFBA; 3- e propôs um aprofundamento do debate sobre o tema, não cingindo-se as discussões ao texto do Decreto, mas aproveitando-se tal oportunidade para a adoção de mudanças naquela situação, cuja persistência vem implicando e ampliando o desaconselhável processo de terceirizações no serviço público. O Conselheiro **Giovandro Ferreira** sugeriu a realização de distribuição dos novos documentos normativos sobre a matéria, inclusive referentes ao tópico anteriormente apreciado sobre os hospitais universitários, acompanhados dos elementos atinentes ao contexto motivador das suas elaborações e expedições, além da identificação do diferencial comparativo com as respectivas situações anteriores às suas edições. O Conselheiro **Arthur Matos Neto** enalteceu a conveniência daquele momento propiciador da apreciação de um assunto exaustivamente debatido pelo Conselho, efetivamente merecedor de especial atenção e definição, adicionalmente rememorando a anterior constituição de uma Comissão, por ele integrada, com o objetivo de regulamentação da Resolução 02/96 sobre o tema, e propôs uma particular análise, dentre os diversos itens a serem examinados, acerca da questão das bolsas, em valores frequentemente superiores aos próprios salários, sob pena de provocarem um desaconselhável incentivo distorcido, caso passem a apresentar uma ponderação maior e mais atraente para os profissionais contemplados. O Conselheiro **Joviniano Neto** destacou, como elemento fundamental, a necessidade de identificação dos eventuais ganhos da UFBA com o referido procedimento, bem como da sua serventia e concreta finalidade para a Universidade e

externou apreensão quanto à absorção gradativamente crescente das Fundações pelas IFES, então ratificando a intensificação das discussões sobre assunto institucional complexo e polêmico.

A **Senhora Presidente** comunicou a intenção da Reitoria de promover, naquela sessão colegiada, apenas uma apresentação introdutória sobre o tema, sem caráter deliberativo, devendo ser retomado na reunião daquele Conselho prevista para acontecimento no dia 21.02.2011. O Conselheiro **Reginaldo Santos** propôs, com base na relevância e repercussão da matéria, a sua oportuna avaliação de forma exclusiva, em sessão extraordinária específica, com ele concordando a **Magnífica Reitora** que, acatando a sugestão, optou pela continuidade do debate em momento posterior, a ser devidamente fixado, para efeito deliberativo e definidor do posicionamento colegiado relativo ao aludido Decreto.

Item 04

Plano de Segurança para a UFBA. Apresentação: Professor Lafaiete Almeida Cardoso.

O Professor **Lafaiete Cardoso** procedeu a uma exposição sobre a situação da segurança na UFBA, de cuja apresentação destacam-se os seguintes tópicos ali realçados: Guarda Universitária (vigilância eletrônica, armada, portaria e recepção); vigência e valores dos contratos com as empresas terceirizadas; despesas previstas para 2010 (SELBA – R\$ 85.500,61; Protector – R\$ 614.798,45; CS-Construções – R\$ 274.992,01); valores atuais dos contratos; totalidade de 703 homens em atuação com importante crescimento anual do seu contingente; novos editais em andamento (vigilância eletrônica, portaria e recepção) com a previsão de duplicação do número de câmeras (de 400 para 800) e de pessoas (de 284 para 566); ações em curso (instalação de 802 luminárias, 642 postes, 459 grades e 5 km de calçadas); e informações acerca das iniciativas propostas e elencadas em texto distribuído para conhecimento dos Conselheiros. Em seguida, o Conselheiro **Joviniano Neto** indagou a respeito do custo e do prazo para implementação das 38 ações e medidas relacionadas e solicitou informações sobre a mencionada Coordenação de Segurança e das condições atualmente existentes para sua atuação regular e efetiva. O Conselheiro **José Tavares Neto** registrou a precariedade de funcionamento da segurança eletrônica, muito aquém da forma eficaz almejada, por vezes pouco colaborando para a elucidação de delitos; propôs um maior controle dos trabalhos dos vigilantes na Universidade; defendeu a adoção de um mecanismo diferenciado de contratação das empresas terceirizadas pela UFBA, inclusive para efeito de acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados; comentou sobre a dupla lesão institucional por elas habitualmente perpetradas, parte decorrente dos renitentes problemas financeiros para honrar os seus compromissos trabalhistas e outra parcela relacionada com a sofrível qualidade das atividades desenvolvidas; e ressaltou a importância e necessidade de mudança do atual modelo de segurança dos *campi*. A Conselheira **Solange Araújo** discordou da suposta eficiência promovida pela colocação de grades, por ela consideradas inócuas e até mesmo desaconselháveis para solução do problema; indicou uma premente iniciativa de revisão da rede elétrica das cercanias da Faculdade de Arquitetura, de modo a evitar-se as frequentes trocas de lâmpadas, constantemente queimadas; elogiou as sugeridas ações pontuais, com destaque para a capinagem e poda de árvores, cuja limpeza muito auxilia na observação mais clara e visível das áreas; ressaltou os trabalhos de manutenção como fundamentais para a segurança geral, além da sua relevante repercussão sobre custos e conseqüente economia de despesas; e apoiou a aventada idéia de utilização de adesivos e instalação de guaritas.

A Conselheira **Joana Angélica da Luz** solicitou a elaboração de editais individuais e específicos para os *campi* da UFBA, em virtude do isolamento físico do ICADS em Barreiras, usualmente tratado como um apêndice de Salvador, disto resultando prejuízos cotidianos às suas atividades, sobretudo nos quesitos de limpeza, segurança, portaria e equipamentos, de solução sempre pendente e excessivamente retardada. A Conselheira **Joseânia Freitas** requereu uma atenção mais acentuada para a segurança disponibilizada no turno noturno, bastante vulnerável nas imediações da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; destacou a importância da construção de uma passagem alternativa à entrada única na referida localidade; e ratificou as mencionadas providências de manutenção, principalmente voltadas para a iluminação. O Conselheiro **Marco Antônio Fernandes** reivindicou a instalação do portão de acesso à área correspondente ao Instituto de Matemática e Centro de Processamento de Dados; comentou sobre a tendência de extinção dos espaços anteriormente utilizados para

estacionamento interno em Ondina, com a sua gradativa transferência natural para a parte mais periférica; e manifestou-se a favor do fechamento do acesso ao *campus* de Ondina nas imediações do ponto de ônibus da Av. Garibaldi, em virtude da frequente ocorrência de assaltos na região. O Conselheiro **Giovandro Ferreira** sugeriu um direcionamento dos pronunciamentos dos Conselheiros, naquela reunião, para as questões mais abrangentes e relacionadas com a política mais ampla e geral da segurança na UFBA, evitando-se a discussão em torno dos assuntos de natureza pontual, devendo estes ser, preferivelmente, tratados e decididos pelos representantes das zonais, dessa forma proporcionando-se maior agilidade e objetividade aos trabalhos colegiados. A **Senhora Presidente** acatou a citada proposição, a ela agregando a indicação da Pró-Reitoria de Administração para formalização daquela diferenciação entre as duas situações apontadas, a ser apresentada na reunião do CONSUNI prevista para o dia 21.02.2011, em decorrência da sua decisão de suspensão daquela sessão, por razão de ultrapassagem do tempo programado para sua ocorrência, quando deverá o assunto ser retomado para continuidade do debate, resguardada a ordem para manifestação dos Conselheiros já inscritos.

Em seguida, a **Magnífica Reitora** passou ao primeiro tópico anteriormente referido para inclusão no item "O que ocorrer", correspondente à renomeação do Centro de Idiomas, assim identificado por ocasião da elaboração do Plano Diretor e do programa REUNI, vindo posteriormente a figurar como um Pavilhão de Aulas da Universidade, como deve ser efetivamente caracterizado para atendimento às diversas necessidades e requisições institucionais, de preferencial atendimento ao Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC), com maior demanda universitária atual, adicionalmente propondo a sua designação mediante procedimento de homenagem a uma mulher merecedora do imaginado tributo. O Conselheiro **José Tavares Neto** indagou a respeito da posição do Instituto de Letras sobre a questão em apreço, tendo a Conselheira diretora do referido Instituto, **Risonete Souza**, informado acerca da inexistência de reação comunitária àquela iniciativa, cuja aplicação, de certa forma, soluciona uma situação de imprecisa definição de gestão daquele equipamento, então apoiando a idéia da sua renomeação. Voltando o Conselheiro **Tavares** a fazer uso da palavra, perguntou sobre a previsão de construção e utilização do novo prédio do IHAC, aventando a possibilidade da destinação, àquela Unidade Universitária, do espaço atualmente correspondente ao Centro de Idiomas. O Conselheiro **Marco Antônio Fernandes** rememorou e sublinhou a conotação de uso coletivo conferida àquela instalação, podendo qualquer modificação da sua finalidade implicar o comprometimento do Plano Diretor, exaustivamente discutido e aprovado pelo CONSUNI, assim opondo-se à sua eventual alteração funcional atual, embora não constatando inconveniente em relação a mudanças meramente nominativas, assim também manifestando-se os Conselheiros **Dirceu Martins e Arthur Matos Neto**, ambos endossando a sugestão nos moldes originalmente encaminhados, bem como o Conselheiro **Fernando Maltez**, neste caso com uma proposta complementar de provisória disponibilização, ao IHAC, do mencionado equipamento. O Conselheiro **Joviniano Neto** questionou a aparente perda e futura inexistência de um Centro de Idiomas na UFBA e a **Magnífica Reitora** ponderou que, na realidade, já vêm as correspondentes instalações funcionando como um Pavilhão de Aulas, desprovidas de materiais e equipamentos técnicos específicos, e assegurou, através do proposto encaminhamento, a manutenção das condições já definidas e aprovadas à sua destinação, portanto, não se processando qualquer revisão de posicionamentos colegiados anteriores, tendo ainda contribuído, para aquela indicação, a concreta perspectiva de utilização coletiva do espaço em apreço, com isto desafogando a elevada demanda por salas de aula, particularmente preocupante em relação aos Bacharelados Interdisciplinares, para os quais ainda não dispõe a UFBA de estrutura satisfatória para sua demanda ingressante. O Conselheiro **Luiz Rogério Leal** informou acerca da licitação da obra do IHAC, já realizada, devendo a sua edificação ser iniciada em prazo relativamente curto.

A **Senhora Presidente submeteu à votação a proposta de renomeação do atual Centro de Idiomas**, nas condições já anunciadas, com a oportuna escolha colegiada do nome preferivelmente feminino a ser homenageado, **sendo aprovada por unanimidade**. O Conselheiro **José Tavares Neto** prestou declaração de voto, para justificar a mudança da sua posição anteriormente contrária ao pleito em função da notícia ali divulgada pelo Conselheiro Luiz Rogério Leal sobre a construção do IHAC, apoiando a iniciativa que objetiva o tributo a pessoas merecedoras de reconhecimento e premiação, a despeito da eventual necessidade de flexibilizações de desvio ou contorno de determinações de ordem legal. Na continuidade, a

Magnífica Reitora passou ao segundo tópico consensualmente inserido naquele estágio da pauta, neste caso referente à situação dos servidores técnico-administrativos, então informando sobre o pessoal encaminhamento e registro da sua precária condição na UFBA em recente reunião da ANDIFES, tendo o Secretário de Educação Superior do MEC, Professor Luiz Cláudio Costa, solicitado um levantamento do seu contingente e respectiva demanda da UFBA, já em fase de providência pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas, mediante solicitação, às Unidades Universitárias, da indicação das respectivas necessidades e principais desfalques, aí não se considerando os casos da Orquestra Sinfônica e do Madrigal, a terem um tratamento especial e diferenciado, ainda transmitindo notícia, então divulgada no referido encontro, sobre a liberação, para contratação pela UFBA, de 8 vagas para técnicos de nível superior (NS) e de 51 para nível médio (NM).

Expediente:

A **Magnífica Reitora** declarou aberta a sessão, apresentou votos de boas-vindas a todos os presentes, após período de férias letivas, e registrou as presenças dos seguintes Conselheiros: Iracema Santos Veloso, na nova condição de Pró-Reitora de Planejamento, recentemente nomeada e empossada; Sérgio Borges Farias, no pleno exercício da direção do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC), portanto, não mais ocupando-a na forma *pro tempore* anterior; Marilena Assunção, Herman Lepikson e Paulo Antônio Balanco, respectivamente, Vice-Diretores da Escola de Nutrição, da Escola Politécnica e da Faculdade de Ciências Econômicas; Joseânia Miranda Freitas, Substituta Eventual da Vice-Diretora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; Cássia Virgínia Maciel e Maria Luisa dos Santos e Santos, representantes dos servidores técnico-administrativos; e Naiara Maria Neves, representante estudantil, todos eles participando, pela primeira vez, de sessão daquele Conselho, sob as relatadas e respectivas situações. Em seguida, a **Senhora Presidente** informou a respeito da ocorrência de recente reunião da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), de cujo evento participara o novo Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Professor Luiz Cláudio Costa, que, dentre outros itens, assegurou o pacto anteriormente formalizado com os reitores das universidades federais, relacionado com o apoio do Governo às importantes ações de expansão do programa REUNI, com destaque para o fornecimento das condições necessárias às contratações docentes, de generalizada preocupação para a implementação do semestre letivo 2011.1, buscando-se a priorização do suprimento e preenchimento das vagas através de Professores Substitutos e dos aprovados nos concursos em fase de execução, portanto, poupadas, as universidades, dos cortes recentemente efetuados no Orçamento da União, a despeito da possibilidade, efetivamente aventada no trabalho conjunto daquele gestor com a Presidente Dilma Rousseff e com a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Professora Miriam Belchior, quanto ao não atendimento integral das demandas e pleitos oriundos das citadas instituições, adicionalmente transmitindo a constatada preocupação governamental de máxima preservação das áreas Educação e Saúde, a serem menos atingidas pelas medidas fiscais tomadas, estas aliás, de dimensão final ainda incerta, bem como a reiterada intenção ministerial de majoritário atendimento às necessidades e solicitações encaminhadas por parte das universidades.

Na continuidade, a Conselheira **Iracema Veloso** comentou acerca da recente aprovação e sanção do Orçamento Geral, com a destinação da parcela de 800 milhões de reais para a UFBA, dos quais 638 milhões estão comprometidos com a folha de pagamento de pessoal, devendo o seu detalhamento ser oportunamente apresentado àquele Conselho, e registrou a remessa, já efetuada às Unidades Universitárias, da documentação requerida para preenchimento e liberação dos valores, objetivando a agilização dos procedimentos de destinação das verbas pela Administração Central.

O Conselheiro **José Tavares Neto** solicitou maior celeridade no processo de aprovação e instalação dos doutorados especiais, cujo projeto encontra-se em estudo no âmbito do Conselho Acadêmico de Ensino, e manifestou preocupação relacionada com a falta de reuniões, há cerca de 4 meses, do Conselho Gestor do Complexo HUPES (Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos), ainda mais ampliada em momento crítico de

avaliação da estruturação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A., diretamente relacionada ao referido Complexo, então associando a persistência daquela situação, sem qualquer modificação até o final do mês vigente, com a inevitável decisão de desligamento da Faculdade de Medicina do mencionado conjunto de saúde universitária. O Conselheiro **Giovandro Ferreira** requereu agilização das providências referentes à concessão das bolsas de estudo do “Programa Permanecer”, cujo período de liberação já se aproximava do seu final. O Conselheiro **Heinz Schwebel** solicitou informações sobre a situação da obra da nova Escola de Música, recentemente paralisada e posteriormente retomada, bem como do Biotério da UFBA, ambos localizados no *campus* de Ondina. A Conselheira **Celi Taffarel** procedeu aos seguintes registros: 1- importância da análise dos reflexos sobre o meio ambiente dos trabalhos de construção da futura Faculdade de Ciências Contábeis, situada em espaço posterior à Faculdade de Educação; 2- preocupação com o futuro do fornecimento de energia elétrica aos prédios do Vale do Canela, em função da sobrecarga atual nas Unidades Universitárias daquela área; 3- necessidade de adoção de providências para instalação dos elevadores da aludida Faculdade de Educação, há 3 anos ali colocados, mas sem qualquer iniciativa voltada para o seu funcionamento regular; 4- apreensão quanto à possibilidade de que a prevista transferência daquela Faculdade para uma nova área, próxima às Licenciaturas em Ondina, venha a não se concretizar. O Conselheiro **Luiz Rogério Leal** efetuou os seguintes esclarecimentos: 1- existem cerca de 35 obras em execução na UFBA, desde pequenos serviços de reparos e reforma a edificações de grande porte; 2- a construção da Faculdade de Ciências Contábeis já foi iniciada há cerca de uma semana, vinculando-se o retardo do seu acontecimento às dificuldades enfrentadas para o equacionamento e atendimento das exigências oriundas dos órgãos de controle ambiental, às quais se acresceram as consequências da greve recentemente deflagrada pelos operários da construção civil em Salvador; 3- a paralisação dos trabalhos da Escola de Música deveu-se ao compulsório desligamento da empreiteira anterior, já substituída por outra empresa, com a retomada das atividades, lamentavelmente interrompidas pela citada razão grevista; 4- o Biotério está atrelado à situação da Escola de Medicina Veterinária e igualmente penalizado pela já mencionada motivação; 5- podem ser constatados atrasos em outras obras e serviços da UFBA, a exemplo da Faculdade de Odontologia, Faculdade de Arquitetura, Instituto de Matemática etc., todos eles devidamente detectados e gradativamente solucionados e encaminhados por parte da Vice-Reitoria.

O Conselheiro **Marco Antônio Fernandes** externou satisfação quanto às alvissareiras notícias de apoio e suporte ministerial ao suprimento do contingente docente, todavia aludindo e sublinhando a existência de semelhante problema relacionado com os servidores técnico-administrativos, com grave desfalque institucional, exemplificando com o caso do Instituto de Matemática, de funcionamento efetivamente ameaçado para o semestre letivo 2011.1, principalmente na sua pós-graduação, então solicitando informações sobre o assunto. A **Magnífica Reitora** indicou a inclusão, no item “O que ocorrer” da reunião, de dois temas prementes e merecedores de conhecimento e pronunciamento colegiados, um deles precisamente atinente ao corpo funcional da UFBA e o outro relativo à renomeação do Centro de Idiomas. Em seguida, passou à apreciação das Atas das sessões dos dias 17.12.2010 e 28.12.2010, sendo ambas aprovadas por unanimidade.

Local: UFBA

O que ocorrer:

Correspondente à renomeação do Centro de Idiomas, assim identificado por ocasião da elaboração do Plano Diretor e do programa REUNI, vindo posteriormente a figurar como um Pavilhão de Aulas da Universidade, como deve ser efetivamente caracterizado para atendimento às diversas necessidades e requisições institucionais, de preferencial atendimento ao Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC), com maior demanda universitária atual, adicionalmente propondo a sua designação mediante procedimento de homenagem a uma mulher merecedora do imaginado tributo. O Conselheiro **José Tavares Neto** indagou a respeito da posição do Instituto de Letras sobre a questão em apreço, tendo a Conselheira diretora do referido Instituto, **Risonete Souza**, informado acerca da inexistência de reação comunitária àquela iniciativa, cuja aplicação, de certa forma, soluciona uma situação de imprecisa definição

de gestão daquele equipamento, então apoiando a idéia da sua renomeação. Voltando o Conselheiro **Tavares** a fazer uso da palavra, perguntou sobre a previsão de construção e utilização do novo prédio do IHAC, aventando a possibilidade da destinação, àquela Unidade Universitária, do espaço atualmente correspondente ao Centro de Idiomas.

O Conselheiro **Marco Antônio Fernandes** rememorou e sublinhou a conotação de uso coletivo conferida àquela instalação, podendo qualquer modificação da sua finalidade implicar o comprometimento do Plano Diretor, exaustivamente discutido e aprovado pelo CONSUNI, assim opondo-se à sua eventual alteração funcional atual, embora não constatando inconveniente em relação a mudanças meramente nominativas, assim também manifestando-se os Conselheiros **Dirceu Martins e Arthur Matos Neto**, ambos endossando a sugestão nos moldes originalmente encaminhados, bem como o Conselheiro **Fernando Maltez**, neste caso com uma proposta complementar de provisória disponibilização, ao IHAC, do mencionado equipamento.

O Conselheiro **Joviniano Neto** questionou a aparente perda e futura inexistência de um Centro de Idiomas na UFBA e a **Magnífica Reitora** ponderou que, na realidade, já vêm as correspondentes instalações funcionando como um Pavilhão de Aulas, desprovidas de materiais e equipamentos técnicos específicos, e assegurou, através do proposto encaminhamento, a manutenção das condições já definidas e aprovadas à sua destinação, portanto, não se processando qualquer revisão de posicionamentos colegiados anteriores, tendo ainda contribuído, para aquela indicação, a concreta perspectiva de utilização coletiva do espaço em apreço, com isto desafogando a elevada demanda por salas de aula, particularmente preocupante em relação aos Bacharelados Interdisciplinares, para os quais ainda não dispõe a UFBA de estrutura satisfatória para sua demanda ingressante. O Conselheiro **Luiz Rogério Leal** informou acerca da licitação da obra do IHAC, já realizada, devendo a sua edificação ser iniciada em prazo relativamente curto.

Participantes:

sob a presidência da Magnífica Reitora

Professora Dora Leal Rosa

presentes os Conselheiros a seguir relacionados: Luiz Rogério Bastos Leal (Vice-Reitor)

Paulo Cezar Vilaça de Queiroz (Pró-Reitor de Administração)

Antônio Eduardo Mota Portela (Pró-Reitor de Desenvolvimento de Pessoas)

Dirceu Martins (Pró-Reitor de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil)

Sérgio Coelho Borges Farias (IHAC)

Celi Nelza Zulke Taffarel (EDC)

Maria de Lourdes Botelho Trino (QUI)

Solange Souza Araújo (ARQ)

Reginaldo Souza Santos (ADM)

José Vasconcelos Lima Oliveira (MEV)

Joseânia Miranda Freitas (FFCH)

Herman Augusto Lepikson (ENG)

Risonete Batista de Souza (LET)

Iracema Santos Veloso (NUT)

Josicélia Dumet Fernandes (ENF)

Sudário de Aguiar Cunha (FCC)

Fernanda Washington de Mendonça Lima (FAR)

Marilena Pacheco Assunção (NUT)

Dioneire Amparo dos Anjos (IMS)

Paulo Antônio de Freitas Balanco (ECO)

Daniel Marques da Silva (TEA)

Maria Auxiliadora Minahim (DIR)

Joana Angélica Guimarães da Luz (ICADS)

Heinz Karl

COMISSÃO PERMANENTE DE ARQUIVO - CPArq

End.: Rua Augusto Viana, s/n - Canela - Palácio da Reitoria - Térreo CEP: 40.110-060

Telefone: (0**71) 3283-xxxx Fax: (0**71) 3283-xxxx

E-mail: cparq@ufba.br

Link: <https://cparq.ufba.br/ata-da-reuniao-ordinaria-do-conselho-universitario-da-universidade-federal-da-bahia-realizada-no-d-3>